

Que povo é esse?

Freda Indursky
UFRGS

Résumé

Cet article examine la représentation de l'*autre* à travers la forme lexicale *povo* [peuple] dans le discours présidentiel de la République Militaire Brésilienne (1964-1984). Cette forme de représentation s'est avérée un instrument politique très efficace car, par son biais, ont été construites deux fonctions énonciatives distinctes - le *porte-parole* et le *médiateur* - qui font travailler l'ambiguïté qui caractérise ce discours. Ces deux fonctionnements discursifs montrent que, sous l'apparence du consensus - effet tissé par la fonction du porte-parole - le silence est instauré dans cet espace discursif à travers la fonction du médiateur - simulacre de porte-parole. Le jeu énonciatif établi par la superposition de ces deux fonctions dévoile l'imaginaire du sujet de ce discours.

QUE POVO É ESSE?

Todo poder emana do povo
e em seu nome será exercido
Figueiredo

PRIMEIRAS PALAVRAS

A reflexão proposta neste artigo inicia-se em trabalhos anteriores (INDURSKY, 1992 e 1995). O primeiro centra-se basicamente na construção discursiva da referência de *povo* no discurso presidencial militar brasileiro e o segundo, com base no primeiro, examina fundamentalmente o efeito de metáfora de *povo brasileiro*, construído no mesmo discurso.

No presente trabalho, volto ao item lexical *povo* para examinar o modo como o sujeito desse discurso, ao representar o *outro*, assume funções enunciativas específicas – de *porta-voz* e de *mediador*.

É preciso salientar que, através dessas funções, *povo* é apenas mencionado, produzindo-se, por conseguinte, um discurso sobre o povo *em substituição* ao discurso do povo, o qual reflete fortemente as formações imaginárias que presidem o discurso em pauta.

Por fim, faz-se necessário explicitar que esse trabalho inscreve-se no marco teórico da Análise do discurso.

POVO, SUAS REPRESENTAÇÕES E SUAS PROPRIEDADES

Inicialmente, devo salientar que *povo* como entidade global não existe, registrando-se no discurso em análise uma grande amplitude referencial que será objeto de descrição na grade que segue.

NÍVEL	DESCRIÇÃO DO REFERENTE
POVO1	classe média, classes produtoras, militares, revolucionários - os que apoiam a revolução
POVO2	classes trabalhadoras
POVO 3	coletividade dos brasileiros
POVO 4	sociedade civil organizada
POVO 5	massa de manobra política

Como é possível observar, com exceção de **POVO 3**, que é um coletivo, os demais níveis referenciais constituem empregos partitivos desse item lexical. Os três primeiros níveis fazem-se presentes nos cinco domínios discursivos que constituem o espaço em análise, enquanto os dois últimos só foram registrados no domínio discursivo do presidente Figueiredo.

Os diferentes níveis referenciais foram estabelecidos através do efeito de sentido que *povo* promove nesse espaço discursivo. Explicitando melhor, os sentidos descritos não precedem o discurso, nem seus efeitos de sentido derivam de outro, mas constroem-se pelo trabalho do discurso propriamente dito, no âmbito de seu processo discursivo que está inscrito em uma formação discursiva.

Para os propósitos do presente artigo, fiz um recorte, fixando-me apenas nos dois primeiro níveis, representados na grade referencial precedente.

POVO 1 – aqueles que apóiam a Revolução

No discurso sobre o *povo*, sua configuração em primeiro nível remete a uma parcela específica da classe média, que apoiou o movimento de 31 de março, como o recorte¹ que segue evidencia.

CB1 – (...) Na verdade, o **povo** brasileiro, ao se levantar em armas, procurou restabelecer a autodeterminação e o ambiente das liberdades fundamentais que vinham sendo massacradas pelos comunistas em todas as partes do Governo brasileiro. O **povo** brasileiro, ao agir como agiu, procurou (...) contribuir para a paz universal, arrancando do cenário

da administração brasileira o comunismo divisionista e derrotista. (CB1 – 8.05.64 – Dia da Vitória – Ex-Combatentes, p. 102)

CS1 – Ordem e progresso não são (...) palavras vãs (...) são palavras sagradas, expressando a firme determinação de um **povo** que abomina a anarquia, a desordem, a violência, a escravidão política ou a opressão social, que despreza a ditadura e os ditadores e, por isso mesmo, sabe impor sua vontade apoiando este Governo, que é o “seu” Governo, é o Governo do **povo**, é o Governo que trabalha para o **povo** e que vive, sobrevive e se fortalece no **povo**. (CS1 – 3.10.68 – ARENA, SP, p. 426)

M1 – Está bem viva na memória do país a marcha da família pelas ruas, do sentimento religioso e cristão de nosso **povo**, exigindo o fim de todos os desmandos. (M – 31.3.70 – 6º. Aniv. da Revolução, TV, p. 87)

G1 – O **povo**, através de suas mais autênticas expressões – a igreja de Cristo, a imprensa responsável, autênticas lideranças políticas, associações de classe (...) e de cultura – e as Forças Armadas que são povo também – irmanaram-se (...) Os militares (...) souberam aguardar (...) manifestações inconfundíveis da vontade popular. (G1 – 31.3.74 – TV – 10º. Aniv. Revolução, p. 63)

F1 – (...) Coube às Forças Armadas nacionais a missão histórica de deter o curso da política mais contrária às aspirações do nosso povo jamais instalada entre nós. A família brasileira reagia com resolução e ânimo à iminente destruição das nossas instituições políticas tradicionais. (F1 – 31.3.80 – Palácio do Planalto – 16º. Aniversário Revolução, p. 39)

Através de POVO 1 o discurso presidencial constrói um povo que referencia aqueles que se opuseram às diretrizes do Governo anterior, organizando-se no sentido de derrubá-lo. Assim, em CB1, por exemplo, o item lexical povo remete aos militares, enquanto G1 refere diferentes segmentos da sociedade que estavam descontentes. Leia-se aí, entre outros, classes produtoras, latifundiários, partidos de direita. Ou seja, segmentos da sociedade que discordavam dos rumos tomados pelo Governo Goulart. Finalmente, em M1, encontramos mais uma especificação para POVO 1. Lembra-se aí a mobilização das mulheres paulistas de classe média que ficou conhecida como a “marcha da família com Deus pela liberdade”. Enfim, todos os segmentos de direita que protestaram em nome da Nação são tomados, nesse recorte discursivo, como povo, ou seja, como aqueles que apoiaram e deram origem à Revolução de 31 de março.

O apoio obtido no passado é projetado discursivamente sobre os governos “revolucionários” sucessivos, como indica CS1. De modo que o Regime Militar retirou de POVO1 a legitimidade necessária para sua instauração bem como para os atos que se lhe seguiram. Em outras palavras, os protestos que precederam o golpe assumem as características de um discurso fundador (ORLANDI, 1993:24), que funciona como uma procuração oficial passada pelo povo, mas de um discurso desse sujeito que se constrói como o intérprete dos anseios de POVO 1. Esse sujeito faz-se povo em POVO 1 e, ao falar, dá-lhe voz, constituindo-se em seu porta-voz autorizado. Essa é a função enunciativa que o sujeito do discurso presidencial assume ao representar o outro como POVO 1.

Por outro lado, o uso de povo joga com o sentido historicamente cristalizado que esse termo adquiriu a partir da Revolução Francesa, produzindo a grande ilusão discursiva cujo efeito é o de universalização desse partitivo, de tal forma que fala em nome dos simpatizantes da Revolução, mas parece falar em nome de todos, fazendo parecer comunitárias preocupações de fato específicas. Em torno dessa ilusão, abusos são cometidos em nome do povo que se institui discursivamente como a base de sustentação do Regime Militar.

Esse é o trabalho de prestidigitação discursiva que POVO 1 produz nesse espaço discursivo. É o que se pode inferir através de CS1: “um governo do povo que trabalha para o povo e se fortalece no povo”.

Tomar a palavra em nome de POVO 1 como se este fosse um coletivo reveste o discurso de autoridade, porque fala-se em nome de POVO 1, simulando falar em nome de todos. Isto constrói o efeito de sentido de unanimidade (INDURSKY, 1995).

POVO 2 – classes trabalhadoras

No discurso sobre o povo, sua configuração em segundo nível o representa como aquela parcela da população que trabalha, que constrói o Brasil de amanhã, mas que não o usufrui. Isto é o que veremos no recorte que segue.

CB2 – Só uma lição podemos aprender do comportamento realista das classes trabalhadoras brasileiras: é que a elas, como povo, não interessam as soluções de catástrofe, não as seduzem a destruição e o aniquilamento da ordem e dos valores democráticos. (CB3 – 28.2.66 – BH – Assembléia Legislativa Estadual – Título Cidadão Mineiro, p. 5)

CS2 – (...) foi um ano tranquilo, um ano de entendimento, um ano de compreensão, não só entre os órgãos do Governo, como também do povo brasileiro, porque continuamos exigindo sacrifícios a esse povo, que já luta com dificuldades várias. (CS1 – 30.11.67 – Pal. Planalto – Saudação de Improviso Deputados e Senadores – Término Ano Legislativo, p. 275)

M2 – Venho acenar ao povo trabalhador a solidariedade que um homem simples no Governo ao povo pode dar (...) Este homem não pode acenar ao povo o dinheiro que não pode dar. Este homem não pode acenar ao povo a promessa fácil que não pode resgatar. E este homem não pode, e não deve, e não quer acenar a imagem fantasiosa de esperança vã, da mentira doce, da ilusão inebriante (...) (M – 25.1.70 – 416°. Aniversário da Fundação de São Paulo, p. 20)

G2 – (...) No Dia Universal do Trabalho – quando (...) exalta-se realmente, em comunhão nacional, o espírito de todo o povo desta terra que, com o suor de suas mãos e a energia de suas vontades (...), constrói o Brasil grande de amanhã. (G1 – 1.5.74 – TV, p. 83)

F2 – Uma democracia que sabe que o mal do nosso povo é a falta de instrução. Uma democracia que saiba que o que falta ao nosso povo é trabalho. É poder aquisitivo para se alimentar (...) Infelizmente, para nós, temos que reconhecer que o nosso povo tem mais ansiedade de saciar sua fome e de ter um teto, do que saber se os partidos vão se organizar desta ou daquela maneira. (F1 – 18.09.79 – Brasília – Improviso – Maluf e bancada SP, p. 153)

O segundo nível referencial de povo recorta uma camada bem diversa daquela referenciada no nível anterior. Aqui não há protestos contra o governo anterior, não há manifestações contra o comunismo, nem marchas da “família brasileira”. Através de POVO 2 é construída a imagem de povo trabalhador, generoso, compreensivo e sofredor e sempre pronto ao sacrifício.

No que tange ao discurso em análise, não se trata evidentemente do discurso do povo, mas de um discurso construído pelo sujeito do discurso sobre o povo e a ele atribuído. Mas, neste nível, não há procuração passada para esse fim, tal como ocorre em POVO 1. O discurso produzido em nome de POVO2 não institui o sujeito do discurso como seu porta-voz. O sujeito desse discurso, não se fazendo povo nesse segundo nível, porque a ele não pertence, dele afasta-se. Sua voz, por conseguinte, não está autorizada a falar em nome do POVO 2. Este apropria-se da voz do povo,

assumindo a posição de seu mediador. Essa é a função enunciativa que o sujeito do discurso presidencial assume ao representar o outro como POVO2.

Enquanto o sujeito desse discurso é o *porta-voz* legítimo de **POVO 1**, *emprestando-lhe* a voz, o mesmo não ocorre com **POVO 2**, cuja voz é silenciada e substituída por um *simulacro* da voz do *povo*. Dito em outras palavras: o sujeito do discurso em análise, fazendo-se *povo* em **POVO 1**, ao falar, faz ouvir a *voz autorizada* do segmento a que pertence. O mesmo não ocorre com **POVO 2**. Conseqüentemente, **POVO 2** permanece sem voz e o discurso que lhe é atribuído pertence, de fato, ao sujeito do discurso que se instituiu como seu *mediador*. Ao outorgar-se tal direito, atua como um ventríloquo, já que seu não-pertencimento ao segmento não autentica seu discurso.

Desse modo, **POVO 2** é um simulacro e somente enquanto constructo é possível concebê-lo como *povo* que aceita espontaneamente sofrer e, por ser “sábio e justo”, não acredita na “insensibilidade” atribuída ao Governo. Trata-se de um *povo* construído discursivamente, segundo a imagem que melhor convém ao sujeito desse espaço discursivo.

Assim, a distinção que, num primeiro momento, opunha, através de diferentes níveis referenciais, efeitos de sentido diversos – **POVO 1** e **POVO 2** – conduz, numa segunda instância analítica, a distinguir aqueles que são detentores de uma vontade veiculada por seu *porta-voz*, daqueles cujos direitos e necessidades são silenciados e substituídos por um simulacro que veicula, de fato, um discurso que representa os interesses do *mediador*.

Veja-se um pouco mais de análise para examinar o funcionamento desse nível referencial. Classes trabalhadoras, nesse contexto, produzem um duplo efeito de sentido complementar: por um lado, são aqueles que dependem de salário e, por outro, são aqueles que foram convocados para construir o Brasil de amanhã. É bem verdade que as questões salariais não são igualmente abordadas nos cinco domínios deste discurso. Encontram-se explicitadas apenas nos três últimos. E Médici, ao mencioná-las, o faz com muita felicidade, afirmando que “a economia pode ir bem, mas a maioria do *povo* ainda vai mal”. Essa seqüência discursiva remete para a conjuntura econômica dos anos 70, quando se fazia “o bolo crescer” para só depois dividi-lo.

Sabe-se que o bolo cresceu, originando o assim chamado “milagre econômico”, mas seus beneficiários certamente não se encontram entre

aqueles que **POVO 2** referencia, haja vista que, em seu discurso, Geisel refere-se ao massacre do *povo* “através dos salários”. O mesmo ocorre em Figueiredo, que aponta a necessidade de “melhorar as condições de vida do *povo* brasileiro” que “sofre as agruras da inflação”. Ou seja, o discurso dos três últimos presidentes, de algum modo, refere os problemas de **POVO2**. No entanto, nenhum deles lhe atribui sentimentos hostis. Esse constructo representa um *povo* sempre disponível, como podemos ler em Figueiredo: “nosso *povo* não está desgostoso. O nosso *povo* apenas anseia por uma melhora de vida”. Esta é a visão que o *mediador* constrói sobre **POVO 2**.

Em suma, o sujeito desse discurso em sua *função enunciativa de mediador* de **POVO 2** constrói-se como o *detentor do saber* – aquele que sabe como o *povo* é – “comportamento realista das classes trabalhadoras” (CB); dotado de “vocação para a grandeza” (CS); provido de “incansável e provada tenacidade; . . . não se sente por parte do *povo* um agressivo mal-estar e sim uma paciência que ainda não se esgotou . . .” (G). Nesse sentido, sabe igualmente o que o *povo* precisa – “o reméd o ao alcance da bolsa”(M); “o mal do nosso *povo* é a falta de instru o . . . o que falta ao nosso *povo* é trabalho . . . é poder aquisitivo para se alimentar”. (F). Bem como sabe o que o *povo* não quer – “não lhe interessam as soluções de catástrofe, não o seduzem a destrui o e o aniquilamento da ordem e dos valores democráticos” (CB). Em contraponto, constrói o *povo* como *aquele que nada sabe*, pois não pode acenar-lhe a “imagem fantasiosa de esperança vã, da mentira doce, da ilusão inebriante” (M); “nosso *povo* tem mais ansiedade de saciar sua fome e de ter um teto, do que saber se os partidos vão se organizar desta ou daquela maneira” (F); “não tememos o voto do *povo*; este é que deve ter medo de se enganar pois sempre que isso ocorre cabe-lhe pagar um tributo doloroso e irrecuperável” (CB). Ou seja, politicamente o *povo*, que nada sabe, é protegido pelo *mediador* que proverá suas necessidades por ser “dotado de um excedente de visão”. (ZOPPI-FONTANA, 1994). A ignorância de **POVO 2** também afeta sua competência ling stica, privando-o de acompanhar o debate sobre a conjuntura nacional: “venho para falar ao *povo* a linguagem que o *povo* entende, a linguagem de homens na praça” (M).

Ou seja, o sujeito desse discurso é um *sujeito que se supõe saber* que fala como *mediador* em nome de **POVO 2** que nada sabe e pode ser facilmente “mistificado” (G) pelos “despotistas e exploradores da miséria do *povo*” (F). Assim, no af  de proteger **POVO 2**, essa prote o bem depressa adquire um efeito de sentido pejorativo e o sujeito do discurso transforma-se em seu tutor – “o que me move é, tão só, a aspira o de

procurar e encontrar na alma do **povo** ressonância para tudo aquilo que, em sua intenção e benefício, almejo realizar” (CS).

Esse discurso do *mediador*, produzido em substituição à voz do **povo**, dá origem a uma relação assimétrica que Osakabe (1979) chama de relação de jominação, marcada pela falta de reversibilidade, traço que Orlandi (1983) erige como característico do discurso autoritário.

Pode-se estabelecer uma comparação entre as propriedades desse discurso e as do discurso religioso, tomando por base o relacionamento entre o sujeito do discurso e o outro, em sua configuração como **POVO 2**. Penso que esse funcionamento assemelha-se à relação assimétrica descrita por Orlandi (1983, pp. 214 – 237) em seu estudo sobre o discurso religioso, pois há uma grande diferença entre o estatuto jurídico do sujeito do discurso presidencial em análise e o de **POVO 2**: o sujeito do discurso decide em nome de **POVO 2**, projetando seu sacrifício presente em troca de um futuro glorioso.

O paralelismo entre o discurso religioso e o discurso político acima mencionado prende-se exatamente a esse último aspecto e pode ser expresso da seguinte forma: assim como o homem adquire com seu sofrimento na terra a promessa de ingresso no paraíso, da mesma forma, **POVO 2**, por ser forte face ao sacrifício que lhe é exigido hoje, será recompensado com um futuro brilhante: “peço que o **povo** volte seu pensamento comigo, para bem longe, ao amanhã, e sinta a vocação de grandeza do Brasil” (M). Ou seja, o amanhã nesse discurso corresponde ao paraíso do discurso religioso. Em ambos, é preciso pagar com sacrifício e sofrimento um benefício longínquo que exige um ato de fé. Por isso mesmo, aqueles que crêem no governo são os bons brasileiros e merecem o futuro grandioso que o sujeito do discurso lhes promete e que **POVO 2** está construindo. Aqueles que descrêem, “não são brasileiros” (F), são os “maus brasileiros” (F) que exigem para hoje o que está prometido para o “amanhã”. Vale dizer: não têm paciência para esperar pelas promessas de um amanhã paradisíaco.

Esse discurso, produzido em lugar da palavra usurpada de **POVO 2**, reflete não o seu desejo, mas o simulacro de seu desejo, construído para substituir o desejo autêntico que é apagado.

Como é possível observar, as duas configurações de *povo* realizam dicotomicamente as propriedades do cidadão que, significativamente, foi apagado desse discurso: **POVO 1** aponta para aqueles que têm direitos e **POVO 2** corresponde àquela parcela de brasileiros que de seus direitos guardaram apenas o de cumprir com seus deveres.

É através da análise dessa rede de representações que, pouco a pouco, é possível vislumbrar a dimensão do *outro* quando representado por *povo* no jogo enunciativo do discurso presidencial.

Nesse passo, seria igualmente possível estabelecer uma comparação entre **POVO 2** e o psicótico. Da mesma forma que este último é despossuído de sua voz, **POVO 2** também o é ao ser falado pela voz do *mediador* que simula ser seu *porta-voz*. Ou seja, o sujeito do discurso apieda-se dele, pede-lhe sacrifício e trabalho, mas opina e decide por ele, deixando-o permanentemente amordaçado.

Desse modo, **POVO 2** representa uma armadilha discursiva definitiva para o segmento mais numeroso da população, pois esta configuração representa, de fato, a maioria silenciosa do **povo** brasileiro que se sacrifica enquanto espera por um amanhã paradisíaco com que lhe acena o sujeito do discurso.

Assim, os constantes deslocamentos da instância referencial (e a representação de povo) para a instância enunciativa (imaginário do sujeito) possibilitaram a análise do funcionamento do sujeito do discurso presidencial e a descrição de duas das funções enunciativas que ele assume na enunciação desse discurso e que se instituem como propriedades fundamentais que caracterizam a natureza da interlocução que aí se instaura.

POVO E SEUS EFEITOS DE SENTIDO

Como é possível perceber, com base nas análises precedentes, *povo* possui um espectro referencial muito amplo, resultando daí um grau de ambigüidade bastante elevado, que converte este item lexical em um instrumento político muito eficaz. Através dele mobilizam-se o apoio, a colaboração, a força de trabalho, o sacrifício de um *outro* aparentemente genérico mas que, de fato, possui especificidade variada. Dessa forma, o item lexical **povo**, multifacetado semanticamente, desempenha papel essencial no jogo enunciativo desse discurso. Através dele, constrói-se a ilusão de um discurso cujo sujeito leva em conta a interlocução política, seja assumindo a função de *porta-voz* de **POVO 1** ou de *mediador* de **POVO 2**.

É igualmente graças a sua ambigüidade que o sujeito do discurso afirma que o Movimento de Março “tem raízes no **povo**” (CB), que as ações restritivas são praticadas “no interesse da Nação, do **povo** e da Revolução” (CS) e que a Revolução se fez “em nome do **povo** e em seu favor” (CB).

Sabe-se que essa noção de soberania do *povo*, invocada pelo sujeito desse discurso, emerge com a Revolução Francesa e torna-se obrigatória em um discurso que se pretende democrático. No jogo enunciativo do discurso em análise, ao se empregar **POVO 1** e **POVO 2**, instaura-se o *efeito metafórico de coletivo* (INDURSKY, 1995). Desse modo, a representação do *outro* como *povo* resulta na construção de um simulacro de imagem democrática de seu sujeito, o que encobre a relação de dominação que subjaz a ele. Dito em outras palavras: o sujeito desse discurso autoritário simula exercer o poder pelo *povo* e para o *povo*. Ou seja, a ambigüidade desse item lexical tece o campo político: a interpelação do *outro* enquanto *povo* mobiliza seu sentido historicamente cristalizado e assim o sujeito do discurso instaura a ilusão de um discurso democrático pela tomada da palavra que, ao fazer-se em nome do *povo*, reveste-se do *efeito de legitimidade*.

O jogo ilusório proporcionado pela ambigüidade desse item lexical ainda pode ser examinado quando dois desses níveis referenciais apresentam-se reunidos em uma mesma seqüência, tal como ocorre na seqüência discursiva que segue.

CB3 – [a Revolução] . . . representa o **povo**(1) e em seu nome exerce o Poder Constituinte de que o **povo**(3) é o único titular. (CB2 – 27.10.65 – Pal. Planalto – AI-2, p. 34)

Nesse recorte encontramos inicialmente **POVO 1**, que foi às ruas manifestar-se contra o Governo Goulart e apoiou posteriormente o golpe militar que assumiu o poder. Portanto, é claro que o Poder Constituinte, sendo exercido em “seu nome”, implica uma relação de correferência, ou seja, o Poder Constituinte é exercido em nome de **POVO 1**. No entanto, a segunda ocorrência de *povo* vem marcada pelo sentido coletivo de *povo*, assinalado na grade referencial como **POVO 3**. Vale dizer: o *povo*, pelo sistema representativo, através de eleições, é o “único titular” do Poder Constituinte. Desse modo, a dupla ocorrência de *povo* nessa seqüência tece a trama discursiva que caracteriza esse discurso.

A repetição lexical, entendida como um dos modos de prover a coesão textual, de fato, oculta um processo de referenciação bastante complexo, já que remete para dois níveis referenciais diversos de um mesmo item lexical. Ou seja: a segunda ocorrência de *povo* indica retomada do mesmo item lexical, mas não garante sua retomada no mesmo nível referencial.

É preciso reavaliar a correferenciação, pois não só ela não se transfere automaticamente ao discurso, mas ainda pode ser mais uma fonte de ambigüidade na encunicação do discursivo.

ÚLTIMAS PALAVRAS

Faz-se necessário, para encerrar, relacionar a forma de representação do *outro* através do item lexical *povo*, tão frequente nesse discurso, com a forma de representação através do item lexical *cidadão*, praticamente inexistente nesse espaço discursivo. Observe-se que, enquanto *cidadão*, por ser dotado de um conteúdo historicamente cristalizado, ao remeter para direitos e deveres, passou a representar efeitos de sentido indesejáveis, tornando seu uso incômodo e, por conseguinte, pouco freqüente nesse corpus, pela mesma razão e de forma diretamente proporcional, *povo* constituiu-se em um verdadeiro instrumento político, pois seu sentido historicamente construído vem ao encontro do jogo ilusório que a enunciação desse discurso produz.

As análises precedentes identificam uma rede sutil de efeitos de sentido que permitem vislumbrar a dimensão dicotômica do *outro* instaurada pelo viés de sua representação através do item lexical *povo*.

Assim, ao distinguirmos **POVO 1** de **POVO 2**, distinguimos aqueles que são detentores de uma vontade veiculada por seu *porta-voz*, daqueles cujos direitos e necessidades são silenciados e substituídos por um simulacro que veicula, de fato, os interesses do *mediador*. Ou seja, **POVO 1** aponta para aqueles que têm direitos e **POVO 2** corresponde àquela parcela de brasileiros que de seus direitos guardaram apenas o de cumprir com seus deveres.

Assim sendo, *cidadão* foi discursivamente apagado nesse espaço discursivo e substituído por *povo*, que passou a ser expressivamente empregado como forma de representação do *outro*, em função dos *efeitos de sentido de legitimidade e de unanimidade* capazes de ocultar a dicotomia que lhe é inerente.

É preciso ainda ressaltar, nessas palavras conclusivas, que as duas funções enunciativas do sujeito do discurso presidencial, examinadas ao longo desse trabalho, são reveladoras do baixo grau de reversibilidade de que esse discurso é dotado, o que sinaliza de modo inequívoco a *natureza autoritária* desse discurso que não hesita em silenciar o discurso-outro no mesmo movimento que simula sua representação, caracterizando, assim, de forma muito peculiar, o modo como essas duas funções entretecem a *monofonia* (ORLANDI, 1989:44) sob a aparência da interlocução discursiva.

NOTAS

¹ As seqüências discursivas de referência (SDR), componentes dos dois recortes discursivos que serão objeto de análise, estão numeradas con-

secutivamente e em continuidade de um recorte para o outro. Os domínios discursivos de onde provêm as SDR estão identificados pela sigla que precede o número da referida SDR. Assim CB remete para Castello Branco; CS, para Costa e Silva; M, para Médici; G, para Geisel e F, para Figueiredo. Por fim, após a SDR, entre parênteses, ocorre a retomada da sigla identificadora do domínio, seguida de um número que remete para a fonte bibliográfica, ao final do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER, Jacqueline. Hétérogénéité montréalée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. DRLAV, Paris, n. 26, pp. 91-151, 1982.

FIORIN, José Luiz. *O regime de 64: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da Terceira República Brasileira*. (1964-1984). Campinas: IEL/UNICAMP, 1992 (Tese de doutorado).

_____, A construção metafórica do povo brasileiro. *Organon, Porto Alegre*, n. 22, 1995 (No prelo).

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____, Segmentar ou recortar? *Série Estudos*, Uberaba, n. 10, pp. 9-26, 1984.

_____, Silêncio e implícito: produzindo a monofonia. In GUIMARÃES, Eduardo (org). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

_____, *As formas do silêncio: movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

_____, (org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.

PÊCHEUX, Michel. *Les vérités de la Palice*. Paris, Maspéro, 1975. Trad. bras.: Semântica e discurso. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.

ZOPPI-FONTANA, Monica G. *Modernização e discursos democráticos: porta-vozes esclarecidos nos tempos da transição*. Campinas: IEL/UNICAMP, 1994 (Tese de doutorado).

DISCURSOS PRESIDENCIAIS

CB1 – CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos*. Brasília: Secretaria da Imprensa, 1964.

CB2 – ____ . ____ . Brasília: Secretaria da Imprensa, 1965.

CB3 – ____ . ____ . Brasília: Secretaria da Imprensa, 1967.

CS1 – COSTA E SILVA, Arthur da. *Pronunciamentos do Presidente*. Brasília: Secretaria de Imprensa e de Divulgação da Presidência da República, s. d. v. 1.

CS2 – ____ . ____ . ____ . v. 2.

M – MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Nova consciência de Brasil*. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1970.

G1 – GEISEL, Ernesto. *Discursos: 1974*. Brasília: Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1975. v. 1.

G2 – ____ . *Discursos: 1975*. Brasília: Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1976. v. 2.

F1 – FIGUEIREDO, João. *Discursos: 1979*. Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1981. v. 1.

F2 – ____ . *Discursos: 1980*. Brasília, Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1981. v. 2.